

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Liberal

Class.:

Tembé

Data:

06/10/93

Pg.:

Relatório defende os tembé

O reassentamento dos colonos que ocupam a reserva indígena do Alto Rio Guamá em outra área próxima, garantido a eles infraestrutura e incentivo à produção agrícola, e a proibição às empresas Rosa Madeireira e Serraria Marajoara de prosseguirem a construção de uma estrada de 70 quilômetros dentro da reserva, bem como a exploração de madeira. Estas são as principais proposições do relatório final apresentado ontem pela comissão especial de estudos da Assembléia Legislativa sobre os índios Tembê-Tenetehara, presidida pelo deputado Neuton Miranda (PC do B), tendo como relator o deputado Edmilson Rodrigues (PT).

Criada em 1945, com 279.897 hectares, a reserva indígena do Alto Rio Guamá abriga cerca de 800 índios que vivem nas 22 aldeias tembé, sendo 11 no alto rio Guamá e 11 no alto rio Gurupi. Desde a década de 50, a área vem sendo invadida por posseiros, além de explorada por empresas madeireiras e agropecuárias. De acordo com o relatório da comissão especial, 1.089 posseiros ocupam atualmente a reserva, sendo que apenas 157 ou 14% do total exploram a terra, não possuindo residência no local.

Além de ter sido ocupada pela gleba Cidapar, com 127 mil hectares, cuja área foi desapropriada em março de 1990 por interesse social das seis firmas que formavam o empreendimento, a reserva indígena Alto Rio Guamá foi ocupada também pela empresa Mejer Industrial, que construiu 24 quilômetros de estrada dentro da reserva. O mais recente

conflito fundiário é a construção de uma estrada entre Nova Esperança do Piriá, passando pelo rio Gurupi, para escoar a produção das empresas Rosa Madeireira e Serraria Marajoara. Cortando a reserva de oeste a sudeste, a estrada já tem 14 quilômetros construídos, com o consentimento da Prefeitura de Nova Esperança do Piriá.

Em junho deste ano, a Funai denunciou a construção da estrada à Procuradoria Geral da República do Estado e os próprios índios Tembê vieram diversas vezes a Belém pedir providências às autoridades. Criada depois de um debate sobre a questão realizado no plenário da AL, inclusive com a presença dos índios, a comissão de estudos propõe no relatório final que o Ministério Público oficialize um interdito proibitório que impeça a construção da estrada e com as atividades de exploração econômica desenvolvida na reserva.

Também ao Ministério Público, a comissão propõe uma ação judicial para garantir aos índios Tembê o ressarcimento do lucro obtido pelas empresas que ilegalmente exploraram os recursos da reserva do Alto Rio Guamá. A comissão recomenda ainda a conclusão do levantamento fundiário feito pelo grupo técnico, com a discriminação de uma área contígua para reassentar os posseiros, a imediata homologação das terras e a implantação de um plano integrado de educação e saúde, além da realização de uma audiência pública para formular o projeto de lei complementar que cria o Conselho Indigenista Estadual.